

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.536.593 - PR (2019/0195988-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **MARIO ORLANDI JUNIOR**
EMBARGANTE : **ISABEL CRISTINA LOPES ORLANDI**
ADVOGADOS : **RENAN PANDOLFI RICALDI - ES019869**
: **BRUNO GUILHERME HONÓRIO MARTIM - ES029959**
EMBARGADO : **BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A**
ADVOGADOS : **FERNANDO DALLA PALMA ANTONIO - PR032698**
: **ALBERTO IVAN ZAKIDALSKI - PR039274**
: **RAFAEL CORDEIRO DO REGO - PR045335**
: **BRUNO CACHUBA BERTELLI - PR051689**
INTERES. : **BONNO VEICULOS LTDA**
ADVOGADO : **RENAN PANDOLFI RICALDI E OUTRO(S) - ES019869**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 1.095/1.101 e-STJ) opostos por MÁRIO ORLANDI JÚNIOR e OUTRA à decisão (fls. 1.089/1.093 e-STJ) que conheceu do agravo para conhecer em parte do recurso especial, mas negar-lhe provimento.

A parte embargante aponta omissão no julgado por falta de pronunciamento a respeito de pontos relevantes para o deslinde da controvérsia.

Alega que

"(...)

Em suma, houve omissão de análise pelo Tribunal de origem e na decisão embargada de que: I – a razão lógico-jurídica do contrato de floor plan é de uma linha de crédito vinculada à compra de estoque da empresa perante um terceiro; II - a tomadora principal do crédito não é empresa familiar no sentido stricto sensu, mas de porte médio; e III - a Bonno Veículos sofreu sucessivos prejuízos no período da mora contratual e se encontra em recuperação judicial. Portanto, não haveria como se julgar pela presunção de benefício 'indireto' dos sócios acerca do empréstimo firmado por meio da cédula de crédito comercial.

Esse contexto diferencia totalmente o caso dos autos daqueles em que os fundamentos determinantes culminaram nos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que era válida a penhora feita sobre o bem de família.

A organicidade hermenêutica do caso milita justamente na presunção de benefício direto e exclusivo da pessoa jurídica.

Somente se a empresa fosse verdadeiramente familiar em termos de informalidade, se houvesse desvio dos recursos pelos sócios ou se houvesse retirada de lucros é que se poderia conceber o benefício indevido dos sócios em razão do empréstimo" (fl. 1.099 e-STJ).

A parte contrária apresentou impugnação às fls. 1.104/1.116 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

Considerando a manifestação dos recorrentes, faz-se imperiosa a

Superior Tribunal de Justiça

reconsideração da decisão embargada.

Trata-se de recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

" Embargos do devedor. Execução de cédula de crédito bancário. Inicial da execução instruída com o título, ratificações, escritura pública de rerratificação e demonstrativo de cálculo. Título executivo extrajudicial. Artigo 28, da Lei 10.931/2004 e art. 784, XII, do CPC/2015. Assinatura de duas testemunhas desnecessária. Impenhorabilidade do bem de família. Imóvel oferecido em garantia de dívida contraída por empresa pertencente à família dos garantidores (apelantes). Presunção de benefício à entidade familiar não afastada. Precedentes. Excesso de execução. Incidência de juros de mora de 2% ao mês. Percentual que extrapola o limite dado pela Súmula 379 do STJ. Limitação necessária. Excesso expurgado. Apelação conhecida e provida em parte" (fl 816 e-STJ).

Nas razões do recurso especial, os recorrente alegam violação dos arts. 3º, V, da Lei nº 8.009/1990 e 373, 375, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentam, em preliminar, negativa de prestação jurisdicional por falta de pronunciamento acerca questões relevantes para a resolução da matéria referente à impenhorabilidade do bem de família. Mencionam que, na espécie, cuida-se de

'(...) debate sobre a impenhorabilidade do bem de família dado pelos sócios em garantia hipotecária de empréstimo tomado pela pessoa jurídica (art. 3º, inc. V, da Lei nº 8.009/90), cujos contornos fático-probatórios são absolutamente distintos daqueles que formam a incipiente jurisprudência desta Corte" (fl. 883 e-STJ).

No mérito, afirmam em síntese, a impenhorabilidade do bem de família constituído pelo imóvel inscrito na Matrícula nº 12.683 do 2º CRI de Vitória/ES, com a consequente decretação de invalidade da penhora realizada.

Aduzem que o acórdão recorrido considerou *"que a Bonno Veículos era uma empresa familiar, já que o quadro societário era formado por marido e mulher, sendo presumível o benefício do empréstimo em prol da família"* (fl. 887 e-STJ). Desse modo, concluiu *"que não foi provado que o empréstimo não se reverteu em benefício familiar, incidindo a exceção à impenhorabilidade de bem de família prevista no inc. V do art. 3º da Lei nº 8.009/90"* (fl. 887 e-STJ). Todavia, não foi observada a natureza do contrato em que foi dado o bem em garantia e caberia ao recorrido o ônus de demonstrar que o crédito de alguma forma foi utilizado pela entidade familiar.

Recurso respondido e admitido.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o princípio da devolutividade dos recursos, incumbe ao Tribunal local manifestar-se acerca das matérias necessárias ao deslinde da controvérsia e que tenham sido submetidas à sua apreciação, sob pena de configurar-se omissão, hipótese de cabimento dos embargos declaratórios.

Com efeito, o não enfrentamento pela Corte de origem de questões ventiladas nos aclaratórios e imprescindíveis à solução do litígio implica violação do art. 1.022 do CPC/2015, tanto mais que revela-se inadmissível o recurso especial que trate de tema não analisado pela instância de origem a despeito da oposição de aclaratórios, porquanto ausente o requisito do prequestionamento nos termos da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, a título de exemplo, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. INCONGRUÊNCIA ENTRE A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA E SUA PARTE DISPOSITIVA. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. NULIDADE.

1. Assiste razão à embargante, na medida em que a Corte a quo não respondeu ao questionamento formulado na via dos embargos declaratórios relativo à incongruência entre a fundamentação da sentença primária e sua parte dispositiva.

(...)

4. Tendo o acórdão impugnado deixado de analisar matéria de relevância para o deslinde da controvérsia, impõe-se o reconhecimento de sua nulidade por ofensa ao art. 1.022, inciso II, do CPC/2015.

5. Recurso especial a que se dá provimento para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em sede declaratória" (REsp 1.657.996/RN, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 27/6/2017, DJe 30/6/2017- grifou-se).

Na hipótese dos autos, está caracterizada a negativa de prestação jurisdicional, porque se buscou o pronunciamento acerca de matéria relevante à solução da controvérsia, permanecendo o tribunal de origem silente em relação aos seguintes pontos que constaram na petição dos declaratórios de fls. 839/842 e-STJ e destacados no presente recurso:

"(...) I – a razão lógico-jurídica do contrato de floor plan é de uma linha de crédito vinculada à compra de estoque da empresa perante um terceiro; II - a tomadora principal do crédito não é empresa familiar no sentido stricto sensu, mas de porte médio; e III - a Bonno Veículos sofreu sucessivos prejuízos no período da mora contratual e se encontra em recuperação judicial. Portanto, não haveria como se julgar pela presunção de benefício 'indireto' dos sócios acerca do empréstimo firmado por meio da cédula de crédito comercial.

Esse contexto diferencia totalmente o caso dos autos daqueles em que os fundamentos determinantes culminaram nos procedentes do

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça (STJ) de que era válida a penhora feita sobre o bem de família" (fl. 1.099 e-STJ).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que realize novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 839/842 e-STJ, nos termos da fundamentação acima, prejudicadas as demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

